Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e dois

Estiveram presentes à reunião: Sr. Claudinei dos Santos, representante dos conselhos de classe; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante do Movimento Sindical; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Dr. Gastão Wagner S. Campos, Secretário Municipal de Saúde; Sr. Jacó S. Bastos, representante do Movimento Sindical; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto Límoli, representante das associações de aposentados; Sr. José David Santomauro, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sra. Maria da Graça S. Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde e Presidente do Conselho; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Matilde Alves Pontes, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Sra. Regina M.C. Lara Campos, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante dos serviços de saúde municipais; Sra. Rosângela M.G. Martinhago, representante do Movimento Sindical; Sr. Antonio Barbosa dos Santos, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Dra. Márcia Ap. Amaral, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. Renato Souza Santos, representante suplente das associações de aposentados; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde e representantes de Conselhos Locais de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Pedro Paulo de Medeiros, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Silvia Helena R. Mateus, representante das entidades de classe; Dr. Silvio Augusto Ciquini, representante suplente da PUCCAMP. Faltaram: Sr. Aldimir Hervella, representante dos Conselhos Locais de Saúde da região Sul; Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Edson Eugênio, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da região Sudoeste; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Vitor Charaba, representante dos Conselhos Locais de Saúde da região Norte; Dra. Lenir dos Santos, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dr. Luiz Maria Pinto, representante da PUCCAMP; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Sra. Maria do Carmo Mendes, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Maria dos Santos Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Dr. Roberto Teixeira Mendes, representante da UNICAMP; Sr. Welton José Araújo, representante do Movimento Sindical.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas das reuniões de 28.11 e 12.12.01; 2) Aprovação dos convênios analisados e referendados nas reuniões de 28.11 e 12.12.01; 3) Aprovação das alterações das emendas parlamentares analisadas e referendadas na reunião de 12.12.01; 4) Situação do Abastecimento; 5) 6ª Conferência Municipal de Saúde; 6) Informes.

Sra. Maria da Graça iniciou a reunião fazendo a leitura da pauta. Em seguida colocou as atas das reuniões de 28.11 e 12.12.01 em votação, tendo sido as mesmas aprovadas por unanimidade. Dra. Maria do Carmo lembrou os conselheiros que apesar de ter havido quorum para realizar as duas últimas reuniões, não foi suficiente para que se realizassem as votações necessárias. Sendo assim, solicitou à Dra. Sheila, assessora da Secretaria de Saúde, que fizesse a apresentação de um resumo dos convênios que haviam sido referendados pelos conselheiros presentes na ocasião e que ficaram pendentes de votação. Dra. Sheila iniciou a apresentação pelo Termo Aditivo ao convênio com a Maternidade de Campinas relativo aos exames de patologia clínica. Não havendo nenhuma dúvida por parte dos conselheiros, o Termo Aditivo foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O segundo convênio apresentado foi com a Fundação Albert Sabin que também foi aprovado pelos presentes, com abstenção do Dr. Orestes. A seguir, Sra. Cristina, coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS, fez a apresentação do convênio com a Associação Esperança e Vida (AGAEVI), convênio esse também aprovado por unanimidade. Cabe ressaltar que o detalhamento dos convênios consta das atas das reuniões de 28.11 e 12.01.01 e está de acordo com documentos encaminhados anteriormente aos conselheiros. Terminado esse ponto, Dra. Maria do Carmo passou a reapresentar o quadro de alteração das emendas parlamentares, também referendados pelos conselheiros presentes à reunião de 12.12 e encaminhado anteriormente a todos. Após os esclarecimentos, as alterações propostas foram aprovadas por unanimidade. O próximo ponto da pauta era a apresentação e discussão da situação do abastecimento da rede municipal de saúde. Dr. Gastão colocou que a discussão sobre abastecimento é uma grande dificuldade da Secretaria de Saúde, junto com o problema de recursos humanos, que leva à necessidade de uma discussão política e técnica. Para facilitar a discussão, dividiu sua apresentação em: diagnóstico da situação, explicações sobre o problema e medidas adotadas, imediatas ou de médio prazo. Essa discussão foi trazida por solicitação de vários conselheiros, uma vez que têm ocorrido falta de alguns medicamentos e materiais de enfermagem. Declarou que, no dia 22.01, dos 276 medicamentos padronizados a Secretaria estava com 33 zerados e 39 com estoque limitado, sendo que dos 33, 17 são considerados essenciais; dos materiais de enfermagem havia 34 com estoque zerado ou limitado. Esclareceu que essa falta ocorreu devido a dificuldades políticas e técnicas, apesar de um esforço muito grande dos profissionais envolvidos, tanto da Secretaria de Saúde como de outras Secretarias. Colocou que havia 3 explicações para o fato, quais sejam: aumento de 47% do gasto com medicamentos e 82% com material de enfermagem e de laboratório; falta de recursos financeiros, apesar das suplementações; falta de agilidade da Prefeitura para compra. Esclareceu também que 4 dos medicamentos que estão faltando são itens do Programa Dose Certa, que a Secretaria de Estado da Saúde deixou de repassar a partir de dezembro, sem aviso prévio ao município. Para resolver o problema imediato estava sendo feita a compra dos medicamentos essenciais através do Serviço de Saúde Cândido Ferreira e da Maternidade de Campinas, já que eles dispõem de maior agilidade para tal. Com relação aos outros medicamentos e materiais de enfermagem informou que há vários que já estão empenhados e comprados, mas algumas empresas não cumpriram o prazo de entrega, estando sendo tomadas as medidas cabíveis; os demais estão tendo seu processo de compra acelerado. Informou ainda que estarão sendo tomadas medidas para que essa situação não se repita. Como o orçamento desse ano será maior do que o do ano anterior está sendo possível fazer programação das compras. Deverá ser agilizado o processo de compra através da descentralização e de maior autonomia por parte da Secretaria para que se dependa menos das Secretarias de Finanças, Administração e Negócios Jurídicos. Com relação aos Negócios Jurídicos, a partir de 01.02, será designada uma procuradora para trabalhar diretamente na Secretaria de Saúde com os contratos, convênios e compras. Com relação à Administração está sendo aperfeiçoada e reforçada uma Central de Compras específica para a saúde. Está sendo proposta para a Prefeita e para o Secretário de Finanças autonomia financeira da Secretaria de Saúde com relação ao recurso SUS, que corresponde a 40% do recurso da Saúde, visando a realização das compras emergenciais. Outra medida que está sendo proposta, mas que depende de Portaria da Prefeita e do Secretário de Administração, é a compra emergencial de medicamentos sem licitação, baseando-se na licitação nacional de medicamentos feita pelo Ministério da Saúde. Assumiu a necessidade de agilizar o funcionamento da própria Secretaria de Saúde, através da informatização do Almoxarifado e da marcação de consultas de especialidades, o que não foi conseguido até agora, pois envolve negociações com vários setores da Prefeitura. Lembrou aos conselheiros a necessidade de se discutir seriamente a questão de recursos para o SUS, racionalização do uso de medicamentos e materiais, pois os recurso são limitados. Propôs a formação de uma comissão de conselheiros para acompanhamento da modernização do almoxarifado, inclusive com a criação de um conselho gestor. Com relação à política de medicamentos e materiais informou que a Secretaria está valorizando bastante o papel do farmacêutico nos distritos e propondo a incorporação do auxiliar de farmácia para os Centros de Saúde. Terminada a apresentação, foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos e comentários. Dr. Orestes reconheceu o esforço que vem sendo feito pela Secretaria na tentativa de solucionar o problema da falta de medicamentos e esclareceu as dificuldades para que a compra fosse feita pelo Hospital Albert Sabin, pois como a quantidade adquirida pelo hospital é bem menor, o seu preço é muito maior. Reforçou a colocação feita pelo Dr. Gastão de que é necessário discutir a política de medicamentos, pois a demanda é infinita e o recurso é finito. Sr. Araújo ponderou que a implantação do Programa Paidéia vai provocar aumento de demanda e consumo, perguntando se esse aumento foi previsto. Dr. Gastão colocou que a maior parte da assistência médica da população é feita em Pronto Socorros e Pronto Atendimentos, gerando receitas para o Centro de Saúde. Apesar disso, considerou que é esperado que com o atendimento mais próximo e de melhor qualidade seja diminuído o uso de medicamentos. Dra. Maria do Carmo complementou dizendo que a Secretaria de Saúde também está investindo em outras práticas, que não somente consulta e remédio. Sra. Rosângela colocou sua preocupação com relação à origem das receitas, considerando necessária a discussão com os municípios da região acerca desse problema. Sra. Yara perguntou se ainda haviam pessoas designadas para compor a comissão de licitações para a área da saúde, como em gestões passadas, reforçando a necessidade de se agilizar as compras para evitar a falta de medicamentos. Dr. Tiago, Coordenador do Distrito de Saúde Leste, relatou que no CS Centro 50% dos medicamentos dispensados são para pacientes de convênios e aproximadamente 20% para pacientes de outros municípios. Sugeriu aos conselheiros que utilizem esse exemplo para iniciar a discussão sobre a questão dos medicamentos. Sr. José David solicitou que seja incluída na discussão a forma como vem sendo utilizado o Laboratório Municipal. Sra. Maria da Graça considerou ser grande falha da Secretaria de Saúde não ter feito previsão do aumento da demanda, pois é histórica a falta parcial de medicamentos; o que é inadmissível é faltar medicamentos essenciais. Posicionou-se no sentido de que, antes de se discutir a limitação da dispensa de medicamentos, deve-se treinar os profissionais. Sra. Maria do Carmo, Coordenadora Administrativa da Secretaria, colocou que houve uma série de problemas que levaram a essa situação, entre eles o planejamento de compras feito no último ano da gestão anterior, mas que várias medidas vem sendo tomadas para solucioná-los e evitar que ocorram novamente no futuro. Sra. Regina informou que, além do teto financeiro, é feita a revisão das cotas bem como a reposição dos medicamentos repassados pelo Programa Dose Certa pelo monitoramento do sistema Farmamed. Para isso é fundamental a alimentação do banco de dados, o que não está sendo feito pelo município de Campinas. Apesar disso, declarou considerar inaceitável o fato do repasse dos medicamentos ser suspenso sem aviso prévio. Sr. Claudinei sugeriu que fosse feito um fórum para discussão da política de medicamentos, para o qual deverão ser convidados os demais municípios da região. Respondendo às questões levantadas, Dr. Gastão informou que o orçamento da Secretaria, em 2001, foi de R$ 190 milhões, dos quais aproximadamente R$ 109 milhões foram do orçamento municipal; há cerca de 5 anos o orçamento do SUS praticamente não aumenta. Reiterou sua fala anterior de que houve um aumento muito grande da demanda, tendo sido consumidos 40% a mais de medicamentos, 80% a mais de material de laboratório e 80% a mais de material de enfermagem e que isso também se deveu ao fato de terem sido abertos novos serviços. Lembrou que em 2001 o dinheiro da Secretaria terminou em maio e que, dos 12 meses do ano, passou 5 aguardando a liberação das suplementações, o que não ocorrerá esse ano, permitindo um planejamento melhor. Com relação à comissão de licitações, informou que ela continua funcionando e está sendo aperfeiçoada; a função do procurador é agilizá-la. Considerou que as perspectivas são boas e reforçou a idéia de que representantes do Conselho acompanhem as medidas que vêm sendo tomadas. Com relação à questão da capacitação dos profissionais, Dra. Maria do Carmo informou que já foram treinadas 1.400 pessoas, das diversas categorias profissionais da Secretaria. Recolocou as propostas apresentadas durante o decorrer da discussão, que foram: incorporação de conselheiro usuário na comissão que vem discutindo assistência farmacêutica, que também deverá apresentar proposta de organização do seminário para discussão da política de medicamentos; início de discussão sobre a distribuição de medicamentos no CS Centro; criação da comissão gestora do almoxarifado. Sra. Regina propôs que se formasse uma Comissão Regional de Medicamentos, proposta essa feita no ano passado na Comissão Intergestores Regional (CIR) e que ainda não foi efetivada. Sr. Marcelo, Diretor Administrativo da Secretaria, colocou que está sendo proposta também uma espécie de co-gestão do orçamento da Secretaria, com a participação de representantes dos diversos distritos, da rede, de usuários e trabalhadores, para que haja um controle mais efetivo dos gastos. Antes de passar para o próximo ponto da pauta, Dr. Gastão passou a informar os presentes sobre a epidemia da dengue. Colocou que a região de Campinas possui condições urbanas adversas, o que propicia o alto índice de infestação do mosquito. A Secretaria tem desenvolvido uma política de combate à dengue articulada com o Programa Paidéia de Saúde da Família, agentes de saúde, administrações regionais, SANASA, SUCEN, promovendo ações intersetoriais, considerando que tem sido obtido sucesso relativo. De novembro até aquela data tinham sido confirmados 103 casos da doença, dos quais 28 em janeiro, sendo a maior parte localizada na região do Campo Belo. Solicitou a ajuda do Conselho para a conscientização da população, pois há uma preocupação muito grande em se perder o controle da situação. Colocou que a mídia tem ajudado bastante e que os agentes de saúde multiplicaram a capacidade de atuação da Secretaria. Informou que o Ministério da Saúde propôs a realização de um treinamento nacional de agentes de saúde no dia 25.01, para o qual convidou a todos os presentes, que em Campinas discutiria as estratégias de combate à dengue. O próximo ponto da pauta era sobre a organização da 6ª Conferência Municipal de Saúde, para o que a Secretaria Executiva apresentou duas alternativas: o Conselho elegeria uma comissão organizadora ou a Secretaria Executiva elaboraria uma proposta de organização e submeteria ao Conselho. Os conselheiros presentes optaram por esta última, devendo a Secretaria Executiva apresentar a proposta ao Conselho na próxima reunião. Passando para a seção de informes, Sra. Maria da Graça relatou a realização de plenárias distritais de avaliação do SUS. Cada Distrito fez seu relatório e alguns representantes de usuários no Conselho fizeram a síntese, tendo esse documento sido encaminhado à Secretaria de Saúde. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Abril / 2002